



UM BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL

Lourayne Natiely Vanderlei Bezerra¹

Katia Farias Antero²

INTRODUÇÃO

O presente trabalho consiste uma breve análise acerca da história da Educação Inclusiva no Brasil, pois nas últimas décadas especialmente a partir da década de 80 muito se tem debatido sobre um sistema educacional inclusivo. Uma educação inclusiva de qualidade para todos inclui entre outros fatores a atribuição de novas dimensões da escola no que consiste não somente na aceitação, sobretudo, na valorização das diferenças.

Vale ressaltar que essas diferenças nem sempre foram vistas de forma harmoniosa e nem tão pouco discutidas. De início, o atendimento à diversidade era oferecido apenas por instituições privadas e/ou por iniciativas pessoais, onde as classes especiais surgiram apenas como alternativa de conseguir separar os alunos tidos na época pela sociedade como “normais” dos “anormais”. Não havia preocupação com essa classe até que aos poucos foi surgindo interesse nessa área.

A Educação Especial no Brasil foi muito tempo definida como uma assistência dada aos alunos com deficiência. O processo educativo na visão de muitos era considerado inviável e até mesmo impossível. O que acontecia era apenas um atendimento clínico e essas pessoas não eram vistas como cidadãs possuidoras de direitos a serem garantidos. O fato do desconhecimento sobre essas deficiências fez com esses sujeitos fossem marginalizados e impedidos de terem uma vida social e de até mesmo se comunicarem.

Justifica-se, portanto realizar um breve percurso sobre como se deu o processo de evolução da Educação Especial no Brasil para podermos compreender como de fato aconteceu avaliando os ganhos que essas leis e políticas trouxeram para a educação inclusiva, objetivou-se também com este trabalho analisar os marcos históricos em busca de elementos para a construção de um quadro referencial acerca da Educação Inclusiva no Brasil a partir da

¹Graduanda do Curso de Pedagogia do Centro Universitário Maurício de Nassau - PB, loh_natiely@hotmail.com;

²Professor orientador: Mestre em Filosofia da Educação - Faculdade São Bento; Pesquisadora do Núcleo de Pesquisa e Extensão em Educação, cultura e diversidade – NUPEDI/IFPB – CNPQ, professora do Centro Universitário Uninassau - PB,; professorakatiaantero@hotmail.com;



década 90 até a contemporaneidade, evitando assim que os erros de outrora cometidos não voltem a se repetir.

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

Com a intenção de poder compreender os aspectos referentes ao tema trabalhado utilizou-se como procedimento metodológico o analítico-descritivo e como técnica a pesquisa bibliográfica, devido à natureza do objeto de estudo. Segundo Gil (2002), a natureza da pesquisa bibliográfica eleva a discussão de diversos autores com base em material já elaborado, constituído especialmente de livros e artigos científicos.

Para o alcance do objetivo desse trabalho foi realizado inicialmente um levantamento bibliográfico através de consultas a artigos científicos e documentos oficiais referentes ao tema em questão. Após esse levantamento, fica mais compreensível observar os aspectos da história da Educação Inclusiva podendo assim, indicar alguns dos principais documentos legais que organizam e regulam os procedimentos. De posse dessa história, concepções e referenciais, delineou-se seu espaço-teórico e expôs uns dos principais marcos históricos referentes à Educação Inclusiva dos anos 1990 até os dias atuais.

REFERENCIAL TEÓRICO

O movimento de inclusão das pessoas com deficiência é algo recente. Historicamente a existência discriminatória da escola e de toda sociedade limita-se à escolarização de um grupo seletivo e homogêneo de pessoas. Os que não pertenciam a esse grupo ficavam excluídos dessa sociedade.

Após vários anos de exclusão e abandono até antes dos anos 80, as atenções tomam corpo e são abertos alguns institutos, porém o perfil dessas instituições segundo Nascimento; Chaves; Costa; Torres (2020) era mais voltado para as deficiências visuais e auditivas continuando a exclusão das deficiências físicas e principalmente as intelectuais. Esse atendimento foi irregular e quase inexistente como iniciativa oficial na área educacional.

Em meados do século XIX inicia uma articulação para uma política voltada a Educação Especial. É nessa época que surgem instituições como a sociedade Pestalozzi do Brasil e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) que segundo Santana (2020) a predominância dessas associações aconteceram devido o despreparo da escola



pública para atender aos alunos com necessidades especiais. Foi somente na década de 1930 que se iniciou efetivamente a educação escolar das pessoas com necessidades especiais. Em 1954 surge a primeira APAE – Associação de Pais e Amigos de Excepcionais – onde elas acabaram predominando no Brasil em virtude do despreparo da escola pública para atender as necessidades individuais dos alunos deficientes. Com apoio governamental e, sobretudo, da comunidade estas instituições passaram difundir metodologias e materiais educacionais específicos.

Em 1977 foi desenvolvida a política de Educação Especial, sob a orientação do Ministério da Educação (MEC) que definia a criação de classes especiais e escolas especiais para as redes de ensino. Adotou-se, o modelo médico psicológico e desde então a Educação Especial assumiu o ensino dos alunos com necessidades especiais considerados excepcionais até esse momento. A partir dos anos 80 acelerou-se a criação de instituições principalmente na área de deficiência mental como resultado da Interiorização das APAEs. Por sua vez, a Constituição de 1988 trouxe mudanças significativas para a educação dos portadores de necessidades educativas especiais.

Em junho de 1994, em decorrência da Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais foi elaborada a Declaração de Salamanca no sentido de orientar organizações e governos em suas práticas propondo dentre outras que as escolas acolhessem tanto as crianças com deficiências como os bens dotados. O objetivo maior da declaração foi definir a política para inspirar a ação dos governos de organizações internacionais e nacionais de ajuda, de organizações não governamentais e de outros organismos na aplicação da Declaração de princípios, política e prática para necessidades educativas especiais.

A partir da Declaração de Salamanca foi propagado em todo o país o direito de educação para todos. A Constituição Federal e a própria Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de nº 9394/96 fundamentam-se nos princípios e na filosofia de que todos devem ter iguais oportunidades para aprender e desenvolver suas capacidades, habilidades e potencialidades para assim alcançar a independência social e econômica bem como se inserir totalmente na vida em sociedade.

Então, em dezembro de 1996 é publicada a Lei de Diretrizes e Bases da educação Nacional nº 9.394/96 onde no texto confirma que a educação especial deve ser oferecida preferencialmente na rede regular de ensino e devem existir serviços de apoios especializados.

Em 2011, é promulgado o Decreto nº 7.611 que dispõe sobre o Atendimento Educacional Especializado (AEE) além de outras providências. Portanto, a partir desses



relevantes elementos que tivemos bem como os avanços significativos na educação inclusiva, resolvemos através de um quadro propor alguns desses marcos em uma linha do tempo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados da pesquisa podem ser vistos abaixo, o qual indica elementos de alguns principais documentos legais que ordenam e regulam os procedimentos da Educação Inclusiva no Brasil dos anos 1990 até a contemporaneidade:

1994 – Declaração de Salamanca: Define políticas, princípios e práticas da Educação Especial e influi nas Políticas Públicas da Educação.

1994 – Portaria MEC nº 1.793– Recomenda a inclusão de conteúdos relativos aos aspectos– Ético–Políticos–Educacionais da Normalização e Integração da Pessoa Portadora de Necessidades Especiais.

1996 – LDB: A atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96, no artigo 59, preconiza que os sistemas de ensino devam assegurar aos alunos currículo, métodos, recursos e organização específicos para atender as suas necessidades. Essa lei atribui às redes de ensino o dever de disponibilizar todos os recursos necessários para o atendimento igualitário entre os estudantes com necessidades educacionais especiais e os demais estudantes.

1999 – Decreto nº 3.298 – Dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. A Educação Especial é definida como uma modalidade transversal a todos os níveis e modalidades de ensino.

1999 – Resolução CEB N.º 4 – Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico.

2001 – Resolução CNE/CEB - Determina no artigo 2º que: “Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos

2001 - Plano Nacional de Educação – Lei nº 10.172: Destaca que “o grande avanço que a década deveria produzir seria a construção de uma escola inclusiva que garanta o atendimento à diversidade humana”.

2005 – Programa de Acessibilidade no Ensino Superior (Programa Incluir)



2007 – PDE - Decreto nº 6.094 - Para a implementação do PDE é publicado o decreto nº 6.094/2007, que estabelece nas diretrizes do compromisso todos pela Educação, a garantia do acesso e permanência no ensino regular e o atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos, fortalecendo seu ingresso nas escolas públicas.

2011 - Decreto nº 7.611 -Dispõe sobre o Atendimento Educacional Especializado (AEE), além de outras providências.

2015 – Lei n.º146 – Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI)

2016 – Lei n.º409 – Dispõe sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino.

Seguimos até o atual momento tendo ganhos nessa área, não sem lutas, mas sempre avançando para que mais pessoas com deficiências físicas e intelectuais tenha direitos iguais para aprender e se desenvolver.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, essa produção consistiu em abordar um tema que está atualmente em destaque, revelando a importância de se fazer uma melhor análise acerca dessa evolução de políticas e medidas para que não haja somente integrações, mas que de fato ocorra a inclusão.

Percebemos que com a difusão da Declaração de Salamanca em 1994 esta proposta ganhou ainda mais força e a Educação Especial teve o seu papel redimensionado propondo assim uma nova postura da escola e de seus membros, ou seja, a inclusão vai muito mais além que uma transformação na estrutura física. Ela requer uma mudança no projeto político-pedagógico, na avaliação, no currículo, na metodologia e por consequência no professor que é o grande agente mediador de todo esse processo.

Sendo assim, de acordo com os resultados obtidos conclui-se no âmbito desta pesquisa que mesmo com a implantação de diversas políticas públicas referentes ao tema em questão a Educação Inclusiva de modo geral ainda é um desafio, tanto para gestores como para os profissionais envolvidos nesse processo de escolarização.

É importante ressaltar que a luta por uma educação de qualidade para as pessoas com necessidades especiais deve estar centrada nos encaminhamentos políticos que são dados a Educação como um todo, pois compreendemos que as políticas de inclusão constituem além de um grande desafio para o século XXI uma oportunidade para a construção de outro mundo mais humano e mais justo, no qual todos possam viver em harmonia e de modo sustentável.



Palavras-chave: Educação Especial, Inclusão, Ensino.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto 6.094, de 24 de abril de 2007. **Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação.** Brasília: Congresso Nacional, 2007.

BRASIL. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais.** Brasília: UNESCO, 1994.

_____. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. **Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências.** Brasília: Congresso Nacional, 2011.

_____. **Plano Nacional de Educação. Lei nº 10.172 de 9 de Janeiro de 2001.** Ministério da Educação e do Desporto. Brasília: Diário Oficial da União de 10 de Janeiro de 2001.

_____. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI).** Brasília: Congresso Nacional, 2015.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Institui a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB).** Brasília: Congresso Nacional, 1996.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4º Ed. São Paulo: Atlas, 2002.

NASCIMENTO, Álisson Raul Melo; CHAVES, Valdianny da Glória Albuquerque; COSTA, Maria Adilza; TORRES, Vanessa Cavalcanti. **Linha Do Tempo Na Educação Inclusiva: Tecnologias Como Subsidio Para Aprendizagem.** Disponível em: <<https://even3.blob.core.windows.net/anais/70138.pdf>> Acesso em: 30 de março 2020.

SANTANA, Adriana Silva Andrade. **Educação Inclusiva No Brasil: Trajetória E Impasses Na Legislação.** Disponível em: <https://portal.fslf.edu.br/wp-content/uploads/2016/12/tcc_8.pdf> Acesso em: 03 de abril 2020.